

Incidente com o FMI repercute nas negociações com os japoneses

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Os acontecimentos dos últimos dias entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) repercutiram de imediato junto aos credores japoneses e acabaram sendo o principal tema levantado nas conversas do presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, com altos executivos do setor privado e de órgãos oficiais do Japão.

Gros está em Tóquio desde segunda-feira, chefiando uma equipe de técnicos brasileiros que atravessou o oceano Pacífico com a missão justamente de inaugurar um processo de aproximação entre o Brasil e o Japão. "Eles perguntaram muito sobre o que estava acontecendo e manifestaram preocupação, querendo saber se os acontecimentos representavam um rompimento de relações com o FMI", disse ontem pela manhã (horário de Brasília) o presidente do Banco Central, por telefone, a este jornal.

Hoje ele tem encontros com dois importantes bancos credores privados — o Mitsubishi Bank e o Bank of Tokio — e poderá finalmente responder que os trabalhos da missão do FMI no Brasil vão prosseguir sob o comando do chefe do departamento do hemisfério ocidental daquele organismo, Sterie Beza. A resposta não será, no entanto, suficiente para que o País tenha garantida uma normalização das relações financeiras com o Japão: "Eles insistem na necessi-

dade de um acordo entre o Brasil e o FMI e também insistem na redução substancial da taxa de inflação", atestou Gros.

Sem um acordo com o Fundo, as chances do País em obter recursos novos do Japão ficam restritas aos empréstimos da Overseas Economic Corporation Fund (OECF), uma agência de financiamento oficial que se dedica atender normalmente os países pobres, em condições favoráveis de juros e de prazos de pagamento. Mesmo assim, conforme contou o presidente do Banco Central, o Brasil deverá "limpar" os atrasados que tem com aquela agência para começar a receber os US\$ 470 milhões de quatro projetos que, em princípio, foram aprovados pela OECF há mais de um ano. A agência também atrasou o desembolso de mais de US\$ 100 milhões no Brasil referente a projetos antigos, que já se encontravam em andamento.

DÍVIDA

A dívida em atraso com a OECF não é expressiva — envolve US\$ 36 milhões —, mas fica represada dentro do sistema automático que centraliza no BC os compromissos devidos aos credores do Clube de Paris. Gros já teve uma primeira conversa com representantes da OECF, sinalizou com a possibilidade de o BC liberar pelo menos parte daqueles US\$ 36 milhões e voltará a tratar hoje do assunto em nova discussão.

As perspectivas de acesso aos recursos do Eximbank japonês são mais remotas, além de também insistirem no recebimento



Francisco Gros

dos atrasados — no caso daquela agência, os atrasados são bem mais expressivos, da ordem de US\$ 450 milhões, sabe-se que não há possibilidade de o organismo aprovar as solicitações brasileiras antes de o País firmar um acordo com o FMI. O Brasil já mandou para o Eximbank uma lista com indicação de interesse por financiamento a vários projetos, envolvendo o total de cerca de US\$ 4 bilhões. Os pedidos estão pendentes pelo menos desde 1989.

O Brasil mandou para Tóquio uma equipe respeitável de técnicos do governo.

Sob a liderança de Gros, o diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães, foi incluído na missão com o objetivo de sinalizar aos interlocutores japoneses que há um compromisso do Tesouro em honrar os avais da dívida externa.

AVAL

De fato, a questão do reconhecimento do aval da

União no processo de privatização foi um ponto levantado com ênfase pelos bancos credores internacionais, visitados pelo negociador da dívida com o Comitê, Pedro Malan, no início de julho, no rastro das discussões em torno do caso Vasp.

"A questão está resolvida", explicou Gros, adiantando que "enquanto a dívida for paga pelo comprador privado (no sentido daquele que está adquirindo a empresa estatal) será uma dívida privada, mas se algum aval do Tesouro tiver de ser honrado, será honrada."

MISSÃO

A missão foi integrada também pelo diretor do departamento de assuntos internacionais do Ministério da Economia, embaixador Denot Medeiros, responsável pela negociação de projetos com os organismos internacionais, e pelo diretor da área de indústria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Octávio Tourinho, a quem coube vender o programa de privatização brasileiro. Os japoneses, no entanto, não manifestaram muito interesse pelo projeto. A Kawasaki Steel, sócia minoritária da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), aparentemente não avançou na sua posição com relação à privatização da estatal. O Brasil tenta conseguir da Kawasaki a ampliação de sua participação na CST, que hoje está em 5% no capital total e 13% no capital votante, e até admite que utilize as várias moedas previstas para a compra de ações de empresas públicas.